

Transações como informação

Tiago Cavalcanti

Valor, 1.2.2023

Pouco da diferença de juros reflete o risco da operação de crédito ou a probabilidade da inadimplência das empresas tomadoras de empréstimos

Há uma tradição antiga em Economia de procurar mensurar de forma cada vez mais precisa as atividades econômicas de um país. Assim, podemos melhor entender as chamadas riquezas materiais das nações em suas dimensões estáticas e temporais, bem como também realizar comparações internacionais.

O tipo e a quantidade de informação mudou bastante desde o desenvolvimento das Contas Nacionais, após a II Guerra Mundial, pelo inglês Richard Stones, que foi professor da Universidade de Cambridge e prêmio Nobel de Economia de 1984.

Pouco da diferença de juros reflete o risco da operação de crédito ou a probabilidade da inadimplência

Na atualidade, o sistema de pagamentos e as instituições financeiras geram registros da maioria das transações financeiras. Essa realidade torna possível aprofundarmos o entendimento das realidades econômica e podermos apontar caminhos de políticas públicas mais eficazes e eficientes.

A simples compra, transferência por pix, emissão de dívida e tomada de empréstimo são contabilizadas e registradas de uma forma que podem ser úteis para mensurar a atividade econômica, fiscalizar as transações e formular as linhas das ações governamentais. Nesse contexto, o acesso crescente a dados de transações financeiras tem influenciado a pesquisa econômica e proporcionado contribuições de interesse coletivo.

Meu colega Vasco Carvalho, da Universidade de Cambridge, e colaboradores usaram informações de transações do banco espanhol BBVA e mostraram que, quando organizados de forma rigorosa e seguindo princípios básicos do manual das Contas Nacionais, os dados de transações financeiras refletem bem o consumo privado agregado de um país, como calculado pelo Richard Stones há cerca de 70 anos atrás.

A metodologia desenvolvida pelos autores permite uma análise sistemática, detalhada e distributiva do consumo privado em alta frequência - a nível diário, o que não é factível com dados tradicionais das contas nacionais.

Consequentemente, é possível com isso acompanhar a dinâmica da atividade econômica em frequência elevada com possibilidade de influenciar diretamente a política monetária e também avaliar os efeitos sobre o consumo de diversas políticas públicas, como, por exemplo, mudanças na política de juros.

O Banco Central do Brasil, que dispõe de excelentes economistas, tem feito cooperação importante com pesquisadores nacionais e estrangeiros. Através do acesso ao Sistema de Informações de Crédito (SCR), que registra o universo das operações de crédito por instituições bancárias no país, pode-se analisar com profundidade o nosso mercado de crédito, avaliar políticas financeiras, gerando novos entendimentos, quebrando crenças existentes e contribuindo para o debate econômico e para as políticas públicas.

Em artigo resultado de pesquisa que realizei junto com Joe Kaboski (Universidade de Notre Dame), Bruno Martins (Banco Central) e César Santos (FGV-RJ), “Dispersion in Financing

Costs and Development”, demonstra-se que não só o spread bancário médio (diferença entre as taxas de juros de empréstimos e de depósitos) é elevado, como também a dispersão desse spread é altíssima.

Empresas menores e mais jovens pagam taxa de juros bem mais elevadas que empresas maiores e mais antigas. Além disso, o que provavelmente surpreende ainda mais, é que pouco da diferença dos juros reflete o risco da operação de crédito ou a probabilidade de inadimplência das empresas tomadoras de empréstimos.

A conclusão não é que a insegurança jurídica seja irrelevante, mas que há vários outros fatores importantes para explicar os spreads bancários observados na economia brasileira. O diagnóstico correto é fundamental para a implementação das políticas públicas que visam diminuir, de maneira sustentável, as taxas de juros de mercado no Brasil, que são totalmente excessivas quando comparada com outros países.

Através de um modelo econômico calibrado para os dados da SCR, mostramos que reformas no mercado de crédito que diminuíssem o spread bancário no Brasil poderiam ter efeitos significantes no crescimento e na produtividade das empresas no país.

Em trabalho relacionado, Gustavo Joaquim (Federal Reserve de Boston) e Berardus van Doornik (Banco Central do Brasil), utilizando dados da SCR, produzem evidências claras e robustas dos efeitos de como a maior concentração bancária aumenta o spread, diminui a oferta de crédito e a produtividade das empresas no Brasil.

O acesso aos dados da SCR possibilita, portanto, uma avaliação sistemática de reformas institucionais que possam aumentar a competição bancária, como a expansão da portabilidade de crédito, de salário e do cadastro positivo.

Além das possíveis mudanças institucionais, presenciamos uma transformação profunda no setor financeiro com a expansão das fintechs e a ampliação de vários serviços bancários.

A natureza dessas empresas inovadoras permite a redução de tarifas, a facilidade de contas digitais, que conectadas ao celular se tornam acessíveis aos indivíduos antes excluídos do sistema financeiro tradicional.

Desde 2016, se observa uma redução dos ativos dos cinco maiores bancos no Brasil, indicando menor concentração bancária. A queda é mais acentuada no estoque de crédito para pessoa física, principal área de atuação das fintechs.

Existem, no entanto, indicações que as fintechs não tiveram o impacto esperado nas taxas de juros de mercado no país. Precisamos desenvolver estudos detalhados e rigorosos dos efeitos da expansão das fintechs no empreendedorismo, consumo e bem-estar. É mais que urgente buscar caminhos sustentáveis para reduzir as taxas de juros de mercado no Brasil, que pelas mais várias razões impactam negativamente o nosso progresso econômico e social.

Tiago Cavalcanti é professor de Economia da Universidade de Cambridge e da FGV-SP